FUNDAÇÃO GOL DE LETRA

PARÂMETROS DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Equipe Técnica

Karina Avelar - CRESS 29168/7ªR

Natasha Schneider - CRESS 23903/7ªR

Priscila dos Santos - CRESS 21092/7ªR

Thaissa Bento- CRESS 30797/7ªR

Estágio

Thaissa dos Santos

Coordenação Social

Crislaine Lima - CRESS 15872/7ªR

ATUALIZAÇÃO JAN 2021

ÍNDICE DE CONTEÚDO

2 APRESENTAÇÃO

3 POLÍTICA SOCIAL E TERCEIRO SETOR

9 MARCOS LEGAIS

17 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

18 TERRITÓRIO DO CAJU

25 DIMENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

32 OBJETIVO GERAL

32 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

33 ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO E PÚBLICO-ALVO

38 PLANEJAMENTO E METAS

40 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os **Parâmetros de Trabalho** aqui esboçados são fruto de uma construção coletiva organizada pela equipe técnica do Serviço Social.

Representa um importante arcabouço teórico, metodológico, ético, político e organizativo, além de representar um documento vivo para a instituição.

APRESENTAÇÃO

O presente documento é uma construção coletiva organizada pela equipe técnica do serviço social do Estado do Rio de Janeiro e tem como propósito, contribuir para melhor compreensão da atuação da(o) Assistente Social no seu fazer profissional na Fundação Gol de Letra, a fim de materializar a sistematização de sua prática, para efetivação de um melhor trabalho proposto.

Segundo IAMAMOTO (1997) "A prática profissional requer que o/a Assistente Social seja um profissional, qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade" (Ibidem, p.31), Nesse tocante, nos colocamos na construção de parâmetros que permeiam o processo de trabalho da Assistência Social na Proteção Social Básica, tal qual sua relação e particularidades com o terceiro setor e estratégias institucionais para a efetivação da política de Assistência Social em territórios de Favelas.

A atuação das(os) profissionais do Serviço Social no terceiro setor é voltada para a prestação de serviços, programas, projetos e benefícios para um determinado público e, se tratando do universo Gol de Letra, a atuação e estratégias de atendimento é extensa e abrangente, tendo como público-alvo crianças, adolescentes, famílias, juventudes, biblioteca virtual e comunidade.

Pautado pelas regulamentações, normativas e princípios éticos que permeiam o fazer profissional da(o) Assistente Social, tal como do Sistema Único de Assistência Social este documento prezará pela condução de uma atuação crítica e comprometida com a realidade, tal qual pelos princípios do Código de Ética da profissão, e direcionamento político social de acordo com o projeto ético-político profissional.

Visamos, nesse sentido, identificar os pressupostos da categoria profissional da(o) Assistente Social que devem nortear o fazer profissional e ainda, o olhar institucional acerca desta atuação, entendendo que as equipes multiprofissionais que compõe o quadro da Gol de Letra representam as equipes da Proteção Social Básica, com suas estratégias por programas e projetos, mas que devem respeitar os objetivos da Política Nacional de Assistência Social e as regulamentações intersetoriais que permeiam sua efetivação.

A criação deste Parâmetros de trabalho está associada ao projeto ético político profissional, buscando não engessar o fazer profissional, mas direcionar o posicionamento ético-político, teórico metodológico e técnico-operacional que a instituição espera da categoria. Não é um documento fechado em si mesmo, deve dialogar com as mudanças de paradigmas institucionais e acompanhar a trajetória ético-político da categoria, possibilitando um fazer profissional que seja crítico, criativo, comprometido e propositivo.

POLÍTICA SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Cientes de que é dever da(o) Assistente Social "desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor" (Código de Ética, 1993, Art.3º), tal qual um princípio fundamental o "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (Ibidem), desenvolvemos neste tópico um olhar crítico no entendimento do fazer profissional do Serviço Social no Terceiro Setor, tal qual a relação com as Políticas Sociais.

A sociedade brasileira é marcada por uma relação de dependência com países conhecidos popularmente como "desenvolvidos", ao que utilizaremos aqui o referencial teórico de Florestan Fernandes, que os caracteriza como países cêntricos. Essa relação constitui o que o autor denomina de dependência e uma inserção periférica do Brasil na dinâmica global de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1960).

Assim sendo, o que seria interpretado como atraso no desenvolvimento de um país como o Brasil torna-se propulsor para o desenvolvimento econômico dos países cêntricos. Essa relação de dependência impacta diretamente nas políticas sociais desenvolvidas no Brasil, moldando as políticas públicas de modo a manter a relação de dependência entre os países periféricos, tal qual responder as crises que estruturam o sistema capitalista.

Como resposta a trajetória histórica de nosso país de um longo período de escravidão, por exemplo, que reforça padrões de criminalização de setores da sociedade, o Estado tira como estratégia, a tutela de seus cidadãos pela relação de dependência e "mandonismo" (FERNANDES, 1960), com políticas de culpabilização dos sujeitos pela condição social e econômica em que estão inseridas(os), forte movimento de criminalização e moralização, associados à repressão policial. (IANNI, 1991).

Obviamente que as particularidades de cada período e das características a que assumem as respostas do Estado a Questão Social[1] no Brasil vão atentar as conjunturas socioeconômicas de cada momento do desenvolvimento da sociedade e sua relação externa com outros países. Nos atentaremos, aqui a analisar em linhas gerais, a configuração das políticas sociais e suas características, tal qual, o momento em que se recorre a sociedade civil respostas para o enfrentamento da Questão Social.

O necessário enfrentamento as diversas expressões da Questão Social assumem ao longo do tempo as mais diferentes linhas filosóficas, que procuram descrevê-la, explicá-la, resolvê-la ou mesmo exorcizá-la (IANNI, 1991).

No Brasil, uma característica que marcou as primeiras formulações de políticas sociais, e que ainda são recuperadas em algumas formulações e práticas, foi a focalização das ações, retirando o caráter universalista dos direitos, passando a avaliar os atributos pessoais nos diversos contextos. As linhas de enfrentamento se dão de forma moralizante, fragmentada, e focalizada, reproduzindo estereótipos que reafirmam a posição social e segregam em função das condições econômicas, étnico-raciais e de gênero (DRUCK & FILGUEIRAS, 2007).

Estas características das políticas sociais são notórias nas formulações de toda América Latina, não considerando um estabelecimento pleno e universal do acesso aos direitos. Sendo, nesta via, os poucos direitos sociais conquistados, conduzidos por políticas neoliberais[2] ditadas nos acordos internacionais da relação supracitada de dependência entre os países de capitalismo tardio, como o Brasil.

Assim sendo, vemos a formulação de políticas de "combate a pobreza" em que a pobreza assume um conceito restrito; seu contingente às necessidades é reduzido à medida dos recursos estatais a serem disponibilizados, tornando-se necessário ajustar as políticas de combate à pobreza, que se traduz numa real "competição", em termos de disponibilização de recursos, ao ajuste fiscal e outras dividas do Estado com as nações centrais e seus Organismos Multilateriais[3].

Com isso, vemos as(os) cidadãs(ãos) sendo transformados em consumidores tutelados, encaixadas(os) em políticas de transferência direta de renda, de acordo com os critérios, fragmentados de um entendimento de pobreza restrito; assumindo ainda as características de cada governo e do tamanho do ajuste fiscal. Tal caminho nega o direito das políticas sociais universais, divide os (as) trabalhadores (as) em níveis de pobreza, aos quais os mais miseráveis dentre estes são beneficiários de políticas incompletas e limitadas. Nessas perspectivas vemos a disputa entre capital e trabalho deslocar-se para o âmbito interno da classe trabalhadora promovendo a fragmentação entre os diversos segmentos dos trabalhadores.

Há também de se destacar que a ideologia proposta, neoliberal, propõe a defesa de pouca intervenção do Estado nas expressões da questão social, operando no sentido de desgastar sua soberania, além das privatizações, resultando em vias de sucateamento dos serviços públicos e forte reprodução de um Estado que materializa a má gestão e impossibilidades financeiras. Implanta-se na produção cultural da sociedade o anti-Estado que, por conseguinte, têm repercussões fortíssimas na liquidação e desmonte dos direitos sociais.

No seio desse processo, de regressão de direitos, refluxos dos movimentos sociais e populares, retração das atividades legitimadoras do Estado e a demonização do setor público, emerge o processo em que Neto (1996) denominará de "refilantropiza_

ção da assistência", Iamamoto (2011) nominará de "refilantropização social" ou "filantropia do grande capital" e Yasbek (2000) chamará de "filantropia empresarial".

Segundo Yasbek (2000, p.14) há "o deslocamento de ações públicas estatais no âmbito da proteção social para a esfera privada", mas esse fenômeno não é novo na história do país. No entanto, é inegável a acentuação de tal deslocamento em face de implantação das políticas neoliberais, descaracterizando os direitos sociais e o caráter universal em que devem ser desenvolvidas as políticas sociais. Impulsionado após um processo marcado por um prolongado período de ditadura militar (1964-1985) e de um recente período de abertura democrática (décadas de 1970 e 1980) o qual gerou uma nova sociedade civil organizada, conduzindo lutas e multiplicando princípios como participação, descentralização e universalização de direitos sociais.

Suas motivações apresentam-se através das possibilidades de autonomia, flexibilidade organizativa, e acessibilidade da maioria da população às políticas sociais públicas. Apresentam-se com uma nova face configurada através dos novos movimentos sociais: da negritude, das mulheres, dos sem-terra, dos ambientalistas, dos homossexuais, dos indígenas, das populações das periferias das cidades, dos meninos e meninas de rua, dos portadores de DST/AIDS, contra a fome e a miséria, dentre outros. As ONG's desdobram-se de intenções e ações de projetos já empreendidos: pelas igrejas, comunidades, órgãos governamentais e de outras organizações não-governamentais.

Segundo a Associação Brasileira de ONG (ABONG), a denominação Organização Não-Governamental não representa um termo jurídico, mas social e historicamente construído. Apresenta-se como uma ou "um conjunto de entidades com características peculiares e reconhecidas pelos seus próprios agentes, pelo senso comum ou pela "opinião pública".

Geralmente enquadram-se como entidades sem fins lucrativos, tais como, associações e ou fundações, reconhecidas ou não, formal ou informalmente, por órgãos governamentais nas instâncias municipais, estaduais e federal.

Conhecedoras da trajetória das políticas sociais encampadas pelo Estado brasileiro e suas características brevemente descritas nos parágrafos acima além da forte operacionalização dos direitos sociais, o deslocamento das ações públicas estatais para a esfera privada, tal como enfatiza Yazbek, deve ser pensado em sua contraditoriedade, mas também em sua necessidade para suprir a desresponsabilização do Estado em cumprir, ou cumprir parcialmente, as demandas da sociedade e enfrentar as desigualdades sociais. É nesse ínterim que nos colocamos a seguir a refletir o papel do Terceiro Setor – como se pactuou identificar as instituições

privadas organizadas pela sociedade civil que assumem um compromisso público de contribuir na formulação e execução de políticas públicas, buscando atuar em parceria com o Estado (primeiro setor) e com a iniciativa privada (segundo setor) para o atendimento e fortalecimento de direitos sociais garantidos nas legislações, que apesar de serem reconhecidas como dever do Estado, vem nos últimos trinta anos sendo sucateadas por uma política econômica neoliberal baseada no mercado. Assim, como reconhece Tenório:

> *Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade (TENÓRIO. 2001, p. 07)*

Portanto, o Terceiro Setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada, com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos. Devem ser pensadas em sua contraditoriedade, pois ao mesmo tempo em que algumas foram alavancas na conquista dos direitos sociais – sendo instituições que adquiram respeito socialmente – outras contribuem para o "encolhimento" do Estado em seu dever que é o de garantir políticas públicas para a população. Não temos dúvida desse caráter do Estado. Contudo, existem circunstâncias em que a presença dessas instituições fazem a diferença na aquisição de alguns direitos.

Importante destacar aqui Instituições como a Gol de Letra, que conquistaram seu reconhecimento social e político através do alargamento do conceito e representação de entidade e de ONG pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. É sabido que há uma percepção do papel de instituições sem fins lucrativos em assumir o papel do Estado e fragilizar os investimentos públicos (MONTAÑO, 2002). Não devemos, portanto, ignorar a existência dessa tendência. Contudo, através da trajetória histórica da referida instituição e sua atuação no território do Caju, articulação com as redes locais e Centro de Referência de Assistência Social, além dos respectivos impactos no desenvolvimento da proteção social no território torna-se possível repensar o papel das instituições de terceiro setor, além de traçar importantes parâmetros que subsidiem um olhar mais crítico para o papel dessas instituições no desenvolvimento das estratégias do Estado.

A partir da visão de Montaño (2002, p.1), “o Terceiro Setor é um instrumento da estratégia neoliberal visto como [...] uma nova modalidade de trato à ‘questão social’[...]” e “que associações do terceiro setor se afirmam pelo trabalho que fazem, pela competência ou desaparecem” (YAZBEK, 1999, p.14).

É com essas duas importantes referências para a literatura do Serviço Social que partimos nosso olhar para o Terceiro Setor, para as Políticas Sociais, o papel do Estado e a atuação da categoria de Assistentes Sociais, visando traçar nesse ponto do documento, as facetas que diferenciam um trabalho comprometido, competente e que firma 15 anos de atuação no território do Caju.

> *De qualquer forma, é necessário reconhecer que, face às difíceis circunstâncias em que chegamos ao final do milênio, a sociedade civil está em movimento e, diante dos impactos sociais resultantes dos recentes caminhos da ordem capitalista internacional, tem muitas vezes substituído o Estado em suas responsabilidades. (YAZBEK, 1999, p. 17-18)*

Essa aparente ausência do Estado, nos territórios e nos segmentos da vida social, representam uma forma de gestão dos direitos sociais, que camuflam coerção e consenso as(os) cidadãs(ãos) e transferência da responsabilidade para outros segmentos da sociedade. No Caju, essa realidade não seria diferente, fazendo da Fundação Gol de Letra um dos poucos suportes, no que diz respeito a políticas educacionais e mesmo de lazer, para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Ela acaba assumindo funções que deveriam ser do Estado. Cabe ressaltar que tais serviços prestados pelas ONGS acabam possuindo um caráter assistencialista, embora a proposta da Fundação Gol de Letra seja de prestar assistência social, em meio a fragilidade do Estado em gerir os serviços.

Para que esse mecanismo social funcione e se articule de forma orgânica perante a sociedade, ou seja, para que promova consenso e que parcela da população aceite tal modelo de gestão, É bem verdade que o próprio Estado realiza subsídio público por meio de isenção fiscal para abrir portas para o terceiro setor entrar, mas em particular no bairro do Caju, é bem evidente que a Fundação Gol de Letra se apresenta como uma forma de acesso ao lazer, esporte, cultura, dentre outros acessos da população que ali sobrevive, em meio ao lixo e a poluição.

Sendo assim, concluímos que a lógica capitalista perversa caminha para que o bairro do Caju continue onde está, ou seja, o Estado não vai chegar com concretude a fim de efetivar políticas públicas que beneficiem o bairro e toda a população que habita o mesmo, uma vez que é preciso que se mantenha esta relação para que tenha coerência nas justificativas de liberação de recurso para "ajudar os pobres". Em outras palavras, o Estado não tem e não quer ter "braços" para efetivar mudanças, restando para a sociedade civil as migalhas desta relação incoerente.

Neste contexto, em 1998, surge a Fundação Gol de Letra, no bojo do incremento de ações lideradas pela sociedade civil, guiadas pelo afã dos movimentos sociais pós a Ditadura Militar brasileira. A partir do processo de redemocratização, há um boom de instituições sociais, que como vimos até aqui, podem incrementar positiva ou negativamente o papel do Estado de responsável pelas políticas públicas. A Fundação avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos, tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia.

Para tal, concluímos que, neste cenário, a prática do Serviço Social desta instituição deve se fortalecer no sentido de esclarecer e informar seus usuários do papel da ONG instituição em um contexto mais amplo, bem como dos direitos dos usuários, uma distanciada da perspectiva do favor, coadunando com os princípios fundamentais e objetivos do Sistema Único de Assistência Social e normas regulamentadoras que o regem.

MARCOS LEGAIS

Torna-se fundamental para o estabelecimento dos parâmetros de trabalho do Serviço Social a compreensão dos instrumentos legais que norteiam a execução das políticas públicas de Assistência Social. Assim, as instituições e suas equipes das Proteções Sociais devem ter esses instrumentos como parâmetros para a execução e implementação dos programas e serviços ofertados, além de considerarem a necessária articulação com outras políticas.

Para tal, mapear os marcos legais que são transversais à promoção da proteção social possibilita qualificar e ampliar a atuação das equipes e instituições que atuam no âmbito da seguridade social, no caso da atuação do Serviço Social da Gol de Letra os marcos de proteção e promoção às crianças e adolescentes e juventudes.

Nos atentaremos inicialmente a analisar a estrutura legal que possibilita a conformação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e contextualizar os principais arcabouços normativos que o regem. Em seguida o contexto histórico dos instrumentos legais que tratam da proteção à infância e juventude, tal qual as legislações que interseccionam a atuação com o público alvo da instituição e impactos no território.

MARCOS REGULATÓRIOS DO SUAS

Com a criação do SUAS em 2004, visando romper com a lógica tradicional e assistencialista que o Serviço Social carregou em sua trajetória histórica, e instituição como Lei em 2011, vemos materializar um um novo modelo de efetivação da promoção da proteção social. Baseado nos princípios de universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade, tendo sua confirmação possível mediante uma estrutura legal gigantesca, das qual buscaremos contextualizar a seguir.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram profundas transformações para o Brasil, muito relacionadas às próprias lutas sociais no âmbito nacional pela redemocratização, que se conclui, em 1988, com a elaboração da Constituição Federal, conhecida por Constituição Cidadã, que abriu espaços efetivamente democráticos na história do país.

Não obstante, foi um período que marcou o Serviço Social em sua trajetória e direção social crítica, apontando uma categoria profissional que se destacava no processo de lutas sociais e abarcava as transformações políticas e sociais que ocorriam no país, na contramão de décadas de práticas assistencialistas, clientelistas e filantrópicas.

Com a vigência da **Constituição Federal de 1988**, vemos consagrar no artigo 194 o campo da Seguridade Social, apresentado como "[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". (CONSTITUIÇÃO. art. 194. 1988).

Portanto, a Seguridade Social supõe que cidadãs e cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos que cubram as fases de suas vidas, assim como, as situações de risco e vulnerabilidade social. Um mecanismo de bem-estar que compreende ações integradas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, e à assistência social. É nesse momento que o Serviço Social passa a integrar o tripé da seguridade social, ganhando status de política pública.

Nos artigos 203 e 204 da constituição a assistência social se apresenta com seu caráter não contributivo, apontando desde já a necessária integração entre fatores econômicos e sociais que permeiam a vida da população, devendo, portanto, ser "prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" (CONSTITUIÇÃO. art. 203. 1988).

Cinco anos após a Constituição Federal e os avanços que ela indicava para a realidade do país temos a aprovação da **Lei Orgânica da Assistência Social** de 07 de dezembro de 1993 **(LOAS)** que define a assistência social como direito das(os) cidadãs(ãos) e dever do Estado, como supracitado, não contributiva, destinada aquelas(es) que dela necessitarem.

Da aprovação da LOAS a sua implantação tivemos um processo marcado pela lentidão, decorrente de contradições na conjuntura econômica e social do Brasil, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012) o reconhecimento das desigualdades sociais e da questão da pobreza coloca em voga a necessária aprovação da LOAS, em contrapartida compete com uma gestão econômica do país, marcada por políticas neoliberais de desmonte dos direitos e investimentos sociais.

A década de 1990 é marcada por uma forte transformação no perfil das(os) trabalhadoras(es), que segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012) marcam o aprofundamento das desigualdades sociais, "(...) via vulnerabilização do trabalho" (Ibidem, p. 58). Relação que se confronta com a prática e estabelecimento de políticas focalizadas e filantrópicas "(...) que descaracterizam direitos, despolitizam os conflitos sociais e desmontam a universalidade das políticas sociais públicas" (Ibidem). Estas contradições dificultam ainda mais a efetivação da LOAS e de uma política social, voltada ao enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades sociais

É então que em 2004 temos a aprovação da **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, pela Resolução n. 145, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resultado de intensos debates e manifestações de resistência com intenções de cons

trução coletiva do redesenho da assistência social no país, inserida no Sistema de Proteção Social brasileira. Vemos a materialização das diretrizes da LOAS e dos princípios destacados na Constituição Federal de 1988, desenhando na trajetória da proteção social do país diretrizes para a efetivação da Assistência Social como um direito e responsabilidade do Estado.

A partir da PNAS temos um processo de construção do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, aprovado em julho de 2005 pelo CNAS (Normas Operacionais – NOB n. 130/2005 – NOB-SUAS). Vai definir com detalhamento as novas lógicas de organização, gestão e provisão no campo das ações continuadas de assistência social.

Mesmo não sendo o objetivo desse documento um detalhamento acerca dos fundamentos do SUAS, consideramos relevante destacar a concepção de território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer a lógica de proximidade da(o) cidadã(ão) e localizar-se em territórios de incidência de vulnera_ bilidade e riscos para a população Também a matricialidade familiar em que as mediações fundamentais no atendimento aos sujeitos se deslocam para o núcleo familiar e uma lógica de estruturação da proteção social que considerem as diferentes modalidades de desproteção social observadas na sociedade brasileira (MDS, 2005).

Em 2011 o SUAS passa para o domínio legal com a Lei 12.435 de julho de 2011, que também altera dispositivos da LOAS. Assim, ganha ordenamento jurídico as inúmeras conquistas afiançadas até aquele momento, que seguem no aperfeiçoamento incessante, fruto de debates e adequação à realidade, como é o caso em 2012 da deliberação do CNAS figurado na Resolução nº 33, dando forma a atual NOB/SUAS.

> *O caráter desta norma operacional diz respeito a um novo patamar necessário para o aprimoramento do SUAS, por meio da introdução de novas estratégias de financiamento e gestão, consubstanciadas na instituição dos blocos de financiamento, na pactuação de prioridades e metas, valorização da informação, do monitoramento e do planejamento como ferramentas de gestão e na instituição de um novo regime de colaboração entre os entes, por meio do apoio técnico e financeiro, orientado por prioridades e para o alcance das metas de aprimoramento do sistema (NOB/ SUAS 2012, p. 15).*

Todos os instrumentos legais traçados até aqui são responsáveis pela construção do SUAS e os avanços trazidos para a política de assistência social. Cabe ressaltar ainda, que a atuação profissional requerida para alcançar os objetivos previstos na PNAS/2004 depende de uma estruturação do trabalho, qualificação e valorização das(os) trabalhadoras(es) do SUAS. Assim sendo, trazemos a Resolução nº 1/2007 do CNAS e a Resolução nº109/2009 que trata da tipificação dos Serviços Socioassistenciais, normativa que permitiu uma padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o espaço nacional.

Destacamos aqui que a Gol de Letra está em regularidade com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo uma instituição executora dos Serviços da Proteção Social Básica, sendo da área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) 15 de maio.

Cabe, portanto, a Gol de Letra promover ações que reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais, tal qual previsto na PNAS/2004, que tem como objetivos da Proteção Social Básica

> *[...] prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras). (PNAS, 2004, p.27).*

MARCOS REGULATÓRIOS- INFÂNCIA E JUVENTUDES*

O Brasil é signatário das principais leis e normas institucionais que tratam da proteção de crianças e adolescentes, mais recentemente na história do país, vemos também um avanço nas discussões sobre juventudes, assim como, nas representações legais que cercam este público.

A contextualização histórica e construção dessas normativas, tal qual às estratégias de atuação e proteção às crianças, adolescentes e juventude se constituem como importantes instrumentos para o trabalho interseccional a que a PNAS abre caminhos à atuação da categoria profissional.

A contextualização histórica e construção dessas normativas, tal qual às estratégias de atuação e proteção às crianças, adolescentes e juventude se constituem como importantes instrumentos para o trabalho interseccional a que a PNAS abre caminhos à atuação da categoria profissional.

> *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).*

Baseados na prerrogativa constitucional de proteção aos direitos das crianças, adolescentes e jovens e respeitando a hierarquia normativa estabelecida pela Constituição Federal de 1988, as normativas instituídas pelas convenções internacionais que regulam a proteção e direitos humanos e as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas ratificadas no Brasil.

Assim sendo, destacamos os principais marcos normativos: a Declaração sobre os Direitos da Criança (1959), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Convenção sobre os direitos da criança (1990), a Convenção de Haia sobre adoção internacional, Regras de Beijing e Diretrizes de Riad, que tratam do sequestro internacional de crianças e regras mínimas para administração da justiça para infância e juventude, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto da Juventude (2013), Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde – 2002, o Plano Nacional da Juventude, além do Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal.

No ano de 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações

Unidas, houve um programa protecional de destaque para as crianças, qual seja a postulação da necessidade de se conceder a elas, “direito a cuidados e assistências especiais”. Além destas evoluções, o ano de 1959 foi o momento em que houve a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança (UNICEF, 1959) e ela apresentou um segundo princípio onde era destacada a proteção especial visando à oportunidade de se desenvolver de forma saudável e em condições livres e dignas. Destaca-se, ainda, que os direitos estabelecidos nas declarações são utilizados como forma de princípios, não representando obrigações para os Estados, resultado este que é diverso do obtido com as Convenções, que estabelecem políticas legislativas a serem adotadas pelos Estados que dela fazem parte.

Nesse sentido, fazemos menção a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em sessão de 20 de novembro de 1989 da Assembleia Geral das Nações Unidas foi ratificada pelo Brasil em 1990 por intermédio do decreto nº 99.710. A partir dela foi possível o embasamento de toda e qualquer norma regulamentadora, no que tange à família e ações do poder público junto às crianças e adolescentes.

> *Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros e, em particular, das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989).*

Demonstra a prerrogativa de proteção à criança e adolescente, por meio da família, sociedade e do Estado. O instrumento possibilitou enfatizar o caráter do cuidado e das responsabilidades para com às crianças e adolescentes no âmbito dos Direitos Humanos.

Os desejos, necessidades e interesses são assim tomados como Direitos Humanos indivisíveis para o desenvolvimento humano, econômico e social, por intermédio de adultos, grupos ou instituições que se responsabilizem pela promoção e proteção do desenvolvimento e cuidado de crianças e adolescentes. A convenção também avançou em relação a autonomia das crianças e adolescentes garantindo parâmetros que, na essência, só podem ser exercidos pelos beneficiários: o direito à liberdade de opinião, à liberdade de expressão, à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, à liberdade de associação.

Da ratificação da convenção no Brasil foi necessário a regulamentação, no que diz respeito à crianças e adolescentes, dos princípios de "não discriminação", "sobrevivência e desenvolvimento", "respeito à opinião" e "respeito ao interesse". Regulamentados esses princípios e normas in_ ternacionais temos em 13 de julho de 1990 a promulgação da Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA reforça o papel da família na vida da criança e do adolescente dentro do processo de proteção integral, entretanto, faz-se necessário uma articulação integrada com todas as políticas públicas como forma de priorizar o atendimento direto e a garantia de direitos, sendo dever do Estado, da sociedade e da família prover por essa garantia. Sendo assim, cabe as três esferas, no âmbito de suas atribuições e competências, o desenvolvimento pleno das famílias e a proteção dos vínculos familiares e comunitários.

Com o desenvolvimento das políticas no Brasil e, em respeito ao disposto nos artigos 226 e 227 da Constituição Federal, o direito à convivência familiar e comunitária foram sendo editados, reformados e aprofundados. Assim, cabe nesse documento ressaltar a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tornaram operacionais os princípios constitucionais regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo a construção de um sistema de atendimento aos direitos especializado.

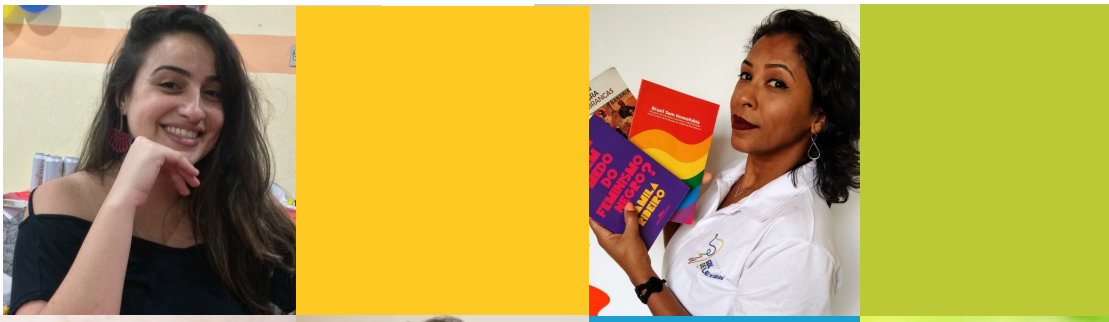
Em relação as juventudes, em 1985 a ONU estabeleceu o Ano Internacional da Juventude, se deu início a um processo mais amplo e estruturado, e com alcance mundial, de reconhecimento da juventude como um grupo com características e necessidades específicas. Em 2013, a partir dos movimentos de juventudes e avanço nas políticas no Brasil tivemos a promulgação da Lei 12.852/2013 – Estatuto da Juventude, que alicerçado em princípios e diretrizes constitucionais se aliam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Código Civil (CC), da Lei do Sistema Único de Saúde (SUS), e outras normativas para que os direitos já previstos nas leis sejam reconhecidos à partir das necessidades específicas dos jovens, respeitando suas trajetórias e diversidade.

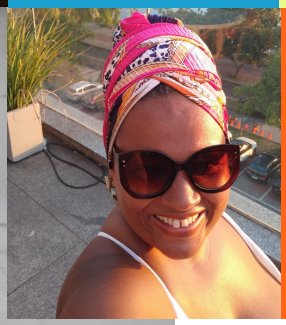
O Estatuto da Juventude garante um novo marco jurídico regulatório para o público jovem. Esse novo olhar foi sendo construído um pouco antes, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2005. Em 2010 houve a incorporação da palavra "juventude" à Constituição Federal Brasileira pela Emenda Constitucional nº 65, que abriu caminho para o grande passo que se deu com o Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude e respectivo Plano Nacional da Juventude consistem em garantir o jovem como sujeito de direitos vinculando seu papel ao desenvolvimento nacional, tem como princípios a promoção da autonomia, emancipação dos jovens,

valorização da participação social, promoção da criatividade e participação para o desenvolvimento, ou seja, reconhecimento do jovem como sujeito de direitos.

Importante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, protege de maneira integral, a criança até 12 anos de idade incompletos e o adolescente - aquele entre 12 e 18 anos e, excepcionalmente, a pessoa entre 18 e 21 anos. Já o Estatuto da Juventude contempla a população jovem dos 15 aos 29. O art. 1º, § 2º, ressalva ainda que aos adolescentes "com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e, excepcionalmente, este estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente", ou seja, os direitos assegurados aos jovens no Estatuto da Juventude não podem ser interpretados em prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990.





DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A Fundação Gol de Letra tem como finalidade o investimento na proteção de crianças, adolescentes e jovens com permanente articulação com todos os atores da sociedade que podem contribuir no desenvolvimento sadio e harmonioso destes grupos etários, em condi_ções dignas de existência. Para desenvolver sua atuação junto à criança, adolescente e jovem a Fundação desenvolve ações estratégicas que tem como diretrizes para elaboração das ações, a qualificação dos direitos à educação, ao esporte, ao lazer, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, assume-se o dever previsto para a sociedade em conjunto com família, comunidade e poder público de assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Especialmente para os jovens e adultos, a partir do que é preconizado pela Política Nacional de Juventude (2006) e o Estatuto da Juventude – Lei 12852/13, nossa estratégia também inclui a formação para o mundo do trabalho (profissionalização). Cabendo destacar que nossa atuação está intrinsecamente relacionada ao que propõe a Política Nacional de Assistência Social (2004) para a rede de proteção básica, estando em profunda conciliação Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito a convivência familiar e comunitária e a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei 9.394/96.

Para assumirmos nossa responsabilidade na proteção à criança, adolescência e juventude, a Gol de Letra segue as diretrizes do Conselho Nacional dos Diretos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão de instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas, no âmbito federal que organiza em parceria com o Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente – CEDCA, de âmbito estadual e o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – CMDCA, que devem desenvolver controle social em nível local junto às instituições atuantes na área da Infância e Juventude.

A Instituição também é reconhecida como instituição de assistência social, por garantir atendimento junto à população que apresenta maior vulnerabilidade social, no que tange a acesso a bens e serviços públicos, a situação econômica – renda e empregabilidade, exposição a situações de violência nos territórios em que residem e/ou situação familiar que apresente fragilidades para a proteção dos seus membros, sendo normatizada também pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, o Sistema Único de Assistência Social e os Conselhos de Direitos da Assistência Social, organizados em âmbito federal – Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, estadual - Conselho Estadual de Assistência Social/CEAS e municipal –

Conselho Municipal de Assistência Social.

Com relação aos parâmetros de outras normativas nacionais, acreditamos serem importantes instrumentos transversais e de suma importância para os atendimentos na instituição, a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei 9.394/96, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e o Plano Nacional de Juventude.

TERRITÓRIO DO CAJU

O bairro do Caju, no qual está localizada a Fundação Gol de Letra, pertence a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos locais de moradia de famílias nobres e de utilização do território a favor da família Real no Brasil, abrigando a casa de banho do Imperador Dom João IV, sendo o primeiro local de banho de mar na cidade. Atualmente o bairro que faz limites com os bairros São Cristóvão, Benfica, Maré, Manguinhos, Santo Cristo e Vasco da Gama, se encontra em posição estratégica para a instalação de empresas e indústrias no seu território, para além dos bairros vizinhos, também se encontram a parte mais importante do porto, parte da ponte Presidente Costa e Silva que interliga as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e complexo de cemitérios.

Apesar da localização privilegiada do local, do que já foi uma região ligada à nobreza residente da cidade, atualmente o bairro se encontra em um estado de degradação no quesito urbanístico, de violações dos direitos ambientais, da população residente e da negativa quanto à implementação de políticas públicas. As carretas utilizadas nos transportes dos conteúdos industriais são causa de acidentes e da poluição sonora e do ar, as indústrias – sobretudo as ligadas à produção de cimento4 – são outra causa para a poluição contínua do ar no território.

A existência e o alargamento desses polos industriais exercem certa influência na logística de moradia, na qual os aluguéis e residências se valorizam em certa medida e a população com mais vulnerabilidades, já habitante ou de novos habitantes não interligados ao mercado local, é transferida para áreas insalubres, como ocupações em hospitais desativados da região (como a ocupação Vila dos Sonhos, localizada na Comunidade São Sebastião) e/ou para moradias compostas por materiais reutilizados/reciclados (encontradas, principalmente, na Comunidade Parque Conquista), como, papelões, pedaços de madeira, lona plástica, entre outros.

Ademais, ao se aproximar do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Rio de Janeiro (2009) é notável que há um plano de alargamento do recebimento de

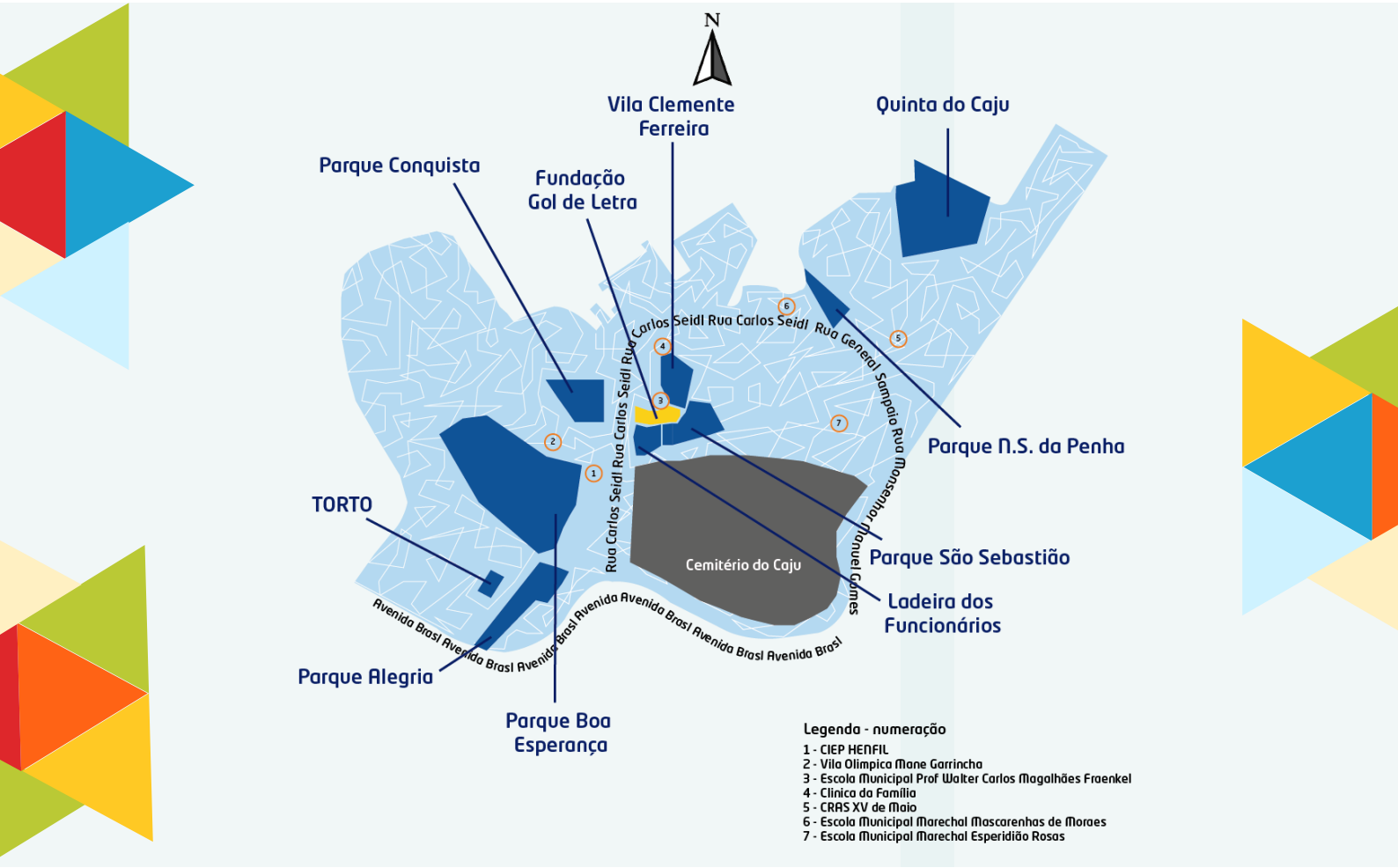
contêineres para o Caju, indo na contramão do investimento na área de moradia e urbanização, que se encontra em situação de abandono. Uma evidência deste movimento foi sua exclusão no processo de habitação de interesse social, o Projeto Porto Maravilha criado pela Lei Municipal 101 de 2009, que se tratava da revitalização urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro e seu entorno.

Sobre esse movimento de segregação socioespacial existente no território – relacionando com a exclusão do Caju do plano de revitalização "Porto Maravilha"'- e da política voltada a manutenção do mesmo para inserção de empreendimentos voltados ao setor empresarial e industrial ao invés de moradias, Aécio de Oliveira, Coordenador da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), discorre em uma entrevista para o portal da federação:

> *Estão trocando gente por container. [...] Não ter política para o bairro é a política. Ou seja, a política está sendo deixar as pessoas nessa situação. Elas vão ficar lá enquanto suportarem. Existe um "esvaziamento natural". Foram desativadas unidades de serviços públicos de educação, de saúde, etc. Você tem uma das regiões mais poluídas do Rio, com problemas seríssimos de mobilidade, com circulação de caminhões que causam acidentes envolvendo moradores, e nenhuma política pública explícita de enfrentamento e de aplicação da lei. Existe uma quantidade imensa de legislações que estão sendo violadas no Caju. E é importante destacar ainda um terceiro elemento: o Caju, para o mercado imobiliário, não é uma área de grande valor. A prioridade ali é a expansão do porto, da indústria offshore, da cadeia produtiva do petróleo. Ali não é uma área para empreendimento imobiliário, aquela terra não se negocia como outras áreas centrais do perímetro do Porto Maravilha. (OLIVEIRA, 2015)*

Entender sua conformação socioespacial e os interesses que estão em jogo dentro de um território é um dos principais determinantes para realizar uma leitura da realidade da população que ocupa esse espaço, como e porque ela o ocupa. Nesse tocante, ao estudarmos o território do Caju, devemos levar em consideração suas particularidades socioespaciais e manejo urbano. Quando nos deparamos com o ter_

ritório fica perceptível sua conformação enquanto um Complexo de Favelas, que divide entre a moradia e a especulação empresarial uma grande utilização do espaço por cemitérios e veículos de grande porte.



De acordo com o mapa acima, produzido pela própria instituição, a partir do trabalho de mobilização comunitária do Serviço Social, o bairro do Caju é formado por um Complexo de Favelas, sendo elas: Parque São Sebastião, Ladeira dos Funcionários, Clemente Ferreira, Parque Conquista (950 ou 9Galo), Parque Alegria, Parque Boa Esperança (Chatuba), Parque Nossa Senhora da Penha (Manilha) e Quinta do Caju, nesses espaços ainda contamos com 2 ocupações populares, sendo elas: Vila dos Sonhos, de abrangência territorial do Parque São Sebastião, Boas Vindas de abrangência territorial do Parque Conquista; podemos citar ainda o Torto e Vila dos Mexicanos, que no entendimento do serviço social da instituição compõem abrangência territorial com o Parque Alegria.

Como podemos observar no referido mapa, as áreas que estão destinadas a moradia (as comunidades supracitadas) aparentam menor proporção se comparadas ao cemitério e espaços abertos, que compõem grandes empresas, já mencionadas, no território. Essa aparente realidade mascara as reais condições de sobrevivência das(os) moradoras(es) do Caju que convivem com pouca ou nenhuma

infraestrutura urbana, rede de esgoto deficitária, ações pontuais de saneamento básico, negação do direito a regularização fundiária, dentre outros aspectos que inviabilizam condições dignas de moradia.

Outro destaque, que chama a atenção para as reais condições populacionais e urbanas do complexo, diz respeito aos dados do Censo do IBGE de 2010, em que a população do Caju era de 20.477 habitantes, sendo 75% de pessoas naturais do Rio de Janeiro 25% imigrantes de outros estados brasileiros, e fazendo ainda um recorte de gênero, 52,3% desse quantitativo é composto por mulheres e os outros 47,7% por homens.

Mas o que realmente nos chama a atenção nos dados oficiais do governo é o período, passada uma década ainda temos como parâmetro para o atendimento urbano do território dados de 2010. Na contramão desse registro a Unidade Básica de Saúde do território registra mais de 30 mil habitantes no cadastro para serviços ofertados.

Esse contexto contraditório impacta diretamente nas políticas sociais, planejamento e gestão do bairro. Se considerarmos os registros da política de saúde do território temos um crescimento populacional de 46,5% se comparado ao ano de 2010. Assim como é evidente que há uma ocupação desenfreada de conglomerados empresariais e a falta de um controle de zoneamento, entre outras desordens e descaso do poder público, facilitando a entrada de mais empresas. Onde poucas se preocupam com a responsabilidade social que possuem a partir do impacto que causam na área onde atuam.

Conjunto a esse processo temos como último marco estrutural da ação do Estado no território o Programa Favela Bairro, que teve inserção no Caju em 2009. Essa tocante é reveladora do projeto de gestão do Estado para os espaços populares e de favelas, sendo o Caju, como já apontamos acima, ainda mais prejudicado na relação com a priorização de indústrias, empresas, em detrimento do desenvolvimento dos espaços de moradia, fazendo com que áreas abandonadas pelo poder público sejam ocupadas de formas irregulares, que estruturas físicas sejam forjadas, nos mais inseguros parâmetros de construção civil e saneamento básico, para abranger a população que cresce.

A realidade aqui esmiuçada se confronta com o crescimento apenas para a expansão do comércio, do porto, da dinâmica de arrecadação de impostos, e mais recentemente na construção de um viaduto que ficou conhecido como “Alça da Ponte”, que liga a Ponte Rio Niterói com a Linha Vermelha, passando por cima de boa parte do Caju. A obra previa a revitalização da área, por parte da concessionária ECOPONTE em projeto construído com a prefeitura do Rio de Janeiro, seriam investidos 6,5 milhões para pavimentação das ruas, sistema de drenagem, construção de áreas de lazer, dentre outras (ALVES, 2020).

Mas a realidade, como podemos observar nas imagens a seguir é outra. Vemos um desenvolvimento de território que combina uma política de abandono intencional do poder público para que a área seja prioritariamente de desenvolvimento econômico. Enquanto ocupa a 111ª posição dentre os 126 bairros da cidade do Rio avaliados em 2000 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IPP, 2006), o complexo de Favelas do Caju vai se invisibilizando na dinâmica da cidade, sendo considerado território de baixa incidência de favelas e por vezes, no imaginário social, "nem habitado", considerado como receptor do Porto, de grandes empreendimentos e do Cemitério.

Outro dado relevante para pensar o território diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Social, analisado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em 2008, considerando dados do IBGE de 2000, utilizando como parâmetro a Metodologia do ÍDH, trazendo o diferencial de considerar em um de seus índices o bem estar e desenvolvimento. Foi identificado que dentro da Área programática 1 (AP1) o Caju ocupa o último lugar e dentre as áreas de Favela, ao ranquearmos as comunidades do Caju, temos Parque Conquista ocupando a última posição, seguido de Parque Alegria, Quinta do Caju, Parque São Sebastião, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Boa Esperança, Ladeira dos Funcionários. Nesse estudo não encontramos registros sobre a Clemente Ferreira, acreditamos, com base na observação do desenvolvimento territorial e atuação da instituição no território, que por compreender inicialmente como uma Vila, parte do Hospital, se integrava a Ladeira dos Funcionários e Parque São Sebastião.

Outro aspecto que nos chama a atenção diz respeito a Quinta do Caju, única área que recebeu condições estruturais do Programa Favela Bairro que reconheceu, através do Decreto municipal nº 20423 de agosto de 2001, como área urbanizada e parte integrante do bairro do Caju. Por sua vez, também foi a única área em que as(os) moradoras(es) receberam o direito de título de posse de suas residências.

Relevante aqui destacar que os dados oficiais do governo apresentam significativas inconsistências quando levamos em consideração o cotidiano do trabalho nos territórios, cabendo, portanto, a importante reflexão acerca da produção de conhecimento com base nas Entrevistas Sociais e atendimentos com usuárias(os). Além disso, ainda levar em consideração a necessária atualização dos dados, que já datam mais de duas décadas.

A análise de informações socioeconômicas no território realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN (2002), demonstra que, a renda per capta da população adulta residente do Caju era de 173 reais mensais, se nos aproximarmos de dados um pouco mais próximos da realidade, o IBGE (2010) registra uma renda nominal média de aproximadamente R$ 631,29, estimativa dos dados agregados disponibilizados na SIDRA.

Relevante é ainda considerar esses dados em articulação com as entrevistas sociais e sistematização da prática promovidas pela Gol de Letra. De 2018 a 2020 o Programa Juventude e Oportunidade, através das ações das atribuições e competências do Serviço Social, vem mapeando as condições socioeconômica das famílias que se vinculam diretamente nas ações do programa, de acordo com esses dados temos entre os participantes uma renda per capita média de R$460,24, com aproximadamente 4,5 pessoas por residência.

A violência urbana e institucional também marca o território do Caju por um lado pelos Agentes da Segurança pública e políticas governamentais falhas no objetivo principal de promoção da Segurança Pública, e de outro a presença de grupo civis armados no Território, que encampam o comércio varejista de drogas ilícitas.

No que tange a esse aspecto parte dos moradores, na análise dada pela FIRJAN (2002) aponta que 40% da população considera a violência como um problema central do local; 31% dessas indicaram o crescimento do tráfico de drogas e dos confrontos armados entre o Estado e o crime organizado, como o principal risco à vida e ao desenvolvimento local.

Essa realidade ao que observamos no decorrer da trajetória da Gol de Letra no Caju, muda muito pouco, na verdade sofre impactos das políticas de segurança que se consolidam mediante a coerção, a guerra aos pobres e negros. Desde 2008, o Estado do Rio de Janeiro aumentou o investimento nestas políticas, principalmente em áreas dominadas pelo comércio varejista de drogas ilícitas, como é o caso do bairro. A metodologia adotada foi à ocupação policial destes territórios através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que atualmente não corresponde mais a política governamental vigente.

A UPP Caju foi instalada em abril de 2013, tendo em vista minimizar o controle do tráfico ao território e possibilitar uma sensação de segurança aos moradores. Em seu processo de adaptação, houveram conflitos entre os moradores e agentes da segurança pública no que tange a organização da vida comunitária no bairro, pois a "pacificação"5 pressupõe um ordenamento público que não ocorria em áreas favelizadas.

Em 2017 as UPPs sofreram um esvaziamento, quando o então secretário de Segurança Pública do Rio, decidiu por uma reestruturação/transformação do projeto, transferindo grande parte do contingente para o patrulhamento de áreas asfaltadas com maiores índices de criminalidade, tendo como um dos principais motivos, os problemas constatados por um estudo interno e os de conhecimento notório como a alta taxa de letalidade, a falta de recursos e treinamento, o avanço da criminalidade, o abandono do investimento social e a perda do espírito original do programa, o de polícia comunitária. Nas palavras de Jacqueline Muniz:

[...] a UPP era tão somente uma unidade militar destacada, uma etapa provisória de gestão territorial com prazo de validade curto. Não é possível nem no alemão, nem em lugar nenhum, garantir segurança pública somente com saturação ostensiva ou presença policial massiva no território. [...] Ninguém leva a paz de fora pra dentro. A paz é construída de dentro pra fora com o suporte do Estado e apoio da sociedade. (MUNIZ, 2020).

De acordo com um estudo realizado pela da Rede de Observatórios da Segurança, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2019, o Rio de Janeiro é o estado que mais gasta em segurança pública, porém os resultados são ruins. Alexandre Ciconello, especialista em segurança pública e responsável pelo estudo afirma que – "Uma das razões para o altíssimo gasto do Rio de Janeiro na política de segurança é a sua ênfase no policiamento ostensivo e na lógica do confronto e da guerra. Essa política é insustentável do ponto de vista orçamentário, além de ineficiente" (CIONELLO, 2019). Não só do ponto de vista orçamentário, mas também dos indicadores de violência, que apresentam um número recorde de mortes em decorrência da ação policial – na Capital e em Niterói, os agentes do estado são responsáveis por 38,9% e 43% das mortes violentas, respectivamente5.

Outra especialista que corrobora com a afirmativa é Jacqueline Muniz, professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, que em entrevista6 evidenciou que as polícias agem pela lógica da teatralidade e do confronto, o que se traduz em uma estratégia de baixa eficácia e eficiência. O rio de janeiro precisa de um plano de segurança com conjunto de ações estruturais e sistêmicas, que reestruture por dentro as polícias e que reduza os índices de violência de morte entre policiais e civis. Tanto Jacqueline quanto Alexandre afirmam que o que de fato pode desarticular o crime organizado é o investimento em investigação e inteligência.

O aparelho repressivo do estado6 acaba se refletindo como uma política genocida, quando os dados mostram que a polícia no Brasil é a que mais mata e mais morre8. De acordo com o Atlas da Violência 2017, estudo realizado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública jovens e negros são as principais vítimas de violência no país9.

DIMENSÃO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço social está legitimado enquanto profissão no Brasil há mais de 80 anos, vindo nessas oito décadas se instrumentalizando e atu_almente estabelece seu fazer profissional a partir de três dimensões para a tuação (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), arcabou_ço normativo e um projeto ético-político crítico que prevê como valor ético central a liberdade e valor ético-político central a democracia.

A mediação das três dimensões supracitadas configura o direcionamento para um projeto Projeto Ético-Político (PEP) profissional hegemonico. Estando o grande desafio profissional na mediação entre os recursos institucionais existentes, garantia de acesso a bens e serviços previstos e a problematização das políticas públicas previstas e manejada pela(o) profissional, que deve propiciar uma sensibilização dos usuários para as conquistas e cobranças dos direitos garantidos numa cidadania regulada como a que vivenciamos.

É importante ressaltar que apesar de hegemonicamente a categoria profissional reconhecer um compromisso de classe com os trabalhadores, expresso em seu código de ética e no direcionamento do projeto ético politico profissional. Vemos que os retrocessos observados nas politicas publicas de modo geral, reacendem no Serviço Social uma postura conservadora gerando uma falta de articulação do trabalho pedagógico com a classe trabalhadora, com uma atuação que não busca a direção para o combate as contra-reformas.

Dessa forma, entendemos que o Serviço Social da Fundação Gol de Letra deve buscar imprimir em suas ações, o desafio de mobilizar os recursos para que os usuários se reconheçam como sujeitos de sua história, numa perspectiva emancipatória. Sendo O Serviço Social a porta de entrada para acesso aos Programas ofertados pela instituição, desenvolvendo importantes estratégias de acolhimento, fluxos de acesso e acompanhamento social, visando a atenção às famílias que se encontram em situações de violação de direitos, temos um cenário institucional favorável ao desenvolvimento de um trabalho crítico de condução às estratégias de atendimento junto à população.

Pensando ainda na prevenção às situações de violação dos direitos humanos, a equipe técnica de Serviço Social busca criar estratégias de potencializar a proteção às famílias através de atendimentos individuais, atendimentos de grupos, atividades socioculturais, acesso à informação, entre outras, entendendo e abarcando as particularidades territoriais e societárias que impactam nas dinâmicas familiares e individuais, bem como nas estratégias de intervenção.

Cabe ressaltar que tais estratégias são pensadas e desenvolvidas no âmbito da proteção básica, prevendo a identificação das vulnerabilidades apresentadas pelas famílias e desenvolvendo serviços que contribuam para convivência e socialização das famílias, seus indivíduos e o território. De acordo com a PNAS:

> *A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2003, p.33).*

Nesse interím, entendendo que a instituição está inserida na Política Nacional de Assistência Social, se faz necessário pensar em estratégias de atendimento às famílias que dialoguem com as demais políticas presentes no território e seus equipamentos, de forma que alcance a garantia da autonomia e protagonismo das famílias e seus indivíduos, buscando a superação das situações de vulnerabilidade, bem como prevenir eventuais situações de violações de direitos.

O desenvolvimento da perspectiva de intersetorialidade previsto na PNAS, indicam quão frutíferas são as mudanças propostas pela política após sua aprovação. Para tal, apresenta objetivos alinhados ao entendimento da necessária articulação com outras políticas, indicando, COUTO; YAZBEK; RAICHELIS (2012) “que as ações públicas devem ser múltiplas e integradas no enfrentamento da questão social” (2012, p. 61).

Outro aspecto que merece ser evidenciado diz respeito a abordagem territorial, que não se limita na tentativa de superar as fragmentações das ações e serviços oferecidos no âmbito do sistema de proteção proposto pela PNAS e que evidenciam necessidades sociais e no qual são forjadas as mais diversas formas de resistências e lutas coletivas.

Por isso, faz-se de extrema importância compreender a formação socio histórica do território, conforme buscamos apresentar neste documento, assim como um perfil do público atendido, suas particularidades socioeconômicas e culturais, bem como as desigualdades que atravessam seus cotidianos. Para isso, a utilização dos instrumentos de trabalho como entrevista social, estudos sociais, relatórios, estudos de caso, visitas domiciliares, relatórios e parecer social para realizar acompanhamento social, identificar as demandas apresentadas e realizar encaminhamento para rede local.

Acreditamos que esse direcionamento e comprometimento crítico nos possibilitam a compreensão do indivíduo em sua totalidade, buscando estratégias de ações que efetivem e impactem a superação das situações de vulnerabilidades e risco social apresentadas.

A materialização dessas práticas se dá, com toda a equipe, mediante acompanhamento social de crianças, adolescentes e jovens atendidos através dos projetos educacionais e esportivos ofertados pela instituição. Na perspetiva da garantia do direito à educação, esporte e lazer, o acompanhamento social permitindo a identificação de determinantes socioeconômicos, político-culturais e familiares que se configuram como barreiras para o desenvolvimento dos sujeitos.

Construir, nesse ínterim, uma atuação institucional alçada na promoção do convívio social e comunitário, reafirmando ações de centralidade nos marcos da PNAS.

> *A segurança de convívio exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para: construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento (de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários); exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade. (NOB/SUAS, 2005. Pág.18)*

De uma política não contributiva são apontadas ações, objetivos e deveres para a efetivação da proteção das(os) cidadãos(ãs) contra riscos sociais, presente nas mais diferentes faixas etárias e com características específicas por elas apontadas, assim como o atendimento as necessidades individuais e coletivas.

De muitos outros aspectos e dimensões da PNAS, gostaríamos também de destacar a matricialidade sociofamiliar, "(...) pois desloca a abordagem do indivíduo isolado para o núcleo familiar, entendendo-o como mediação fundamental na relação entre sujeito e sociedade". (COUTO, et. al. 2012, p.66).

O trabalho com famílias está presente no cotidiano profissional, sendo desenvolvido através da perspectiva de acolhimento das diversas configurações de famílias, atuando no fortalecimento dos vínculos e na reprodução material/social dos núcleos familiares. Aqui é necessária resgatar a definição de políticas familiares - que consiste em qualquer política que impacte a famílias, como saúde, educação, assistência, habitação e etc e que com as diversas mudanças nas configurações de famílias passa a se chamar política para famílias, uma vez que o primeiro conceito remonta a histórica responsabilização das mulheres sobre o cuidado, bem como a violenta relação das mesmas com o espaço privado de suas casas. (ABRÃO, KCL; MIOTO, RCT, 2017)

Neste contexto de trabalho, é necessário realizar o debate central acerca do impacto do projeto de sucateamento das políticas públicas para as famílias que transfere a responsabilidade do cuidado e desta reprodução social para a esfera privada, em especial tornando cada vez mais intenso o trabalho não pago de mulheres no seio de suas famílias. Dito isto, podemos resgatar o conceito de matricialidade familiar contido na PNAS/2004 que entende que:

> *A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004 Pág. 41)*

Já na NOB/SUAS (2005) encontramos a seguinte definição:

> *a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; (NOB/ SUAS. 2005, p.17)*

Tal compreensão das famílias vem norteando, portanto, a atuação do Serviço Social na instituição e requer um olhar e trabalho redobrado para que as regressões sociais no ambito da moralidade social conservadora não ampliem as pressões sobre as inúmeras responsabilizações a que assumem, principalmente, famílias pobres.

Nessa mesma direção e frente aos objetivos da PNAS cabe a equipe do Serviço Social desta instituição o comprometimento com as dimensões apontadas pela política, que representam potencialidades ao fazer técnico profissional. Logo, primar pelo respeito à dignidade e autonomia do individuo bem como a garantia da não discriminação de raça, gênero e/ou sexualidade e a garantia a serviços de qualidade e a convivência familiar e/ou comunitária, bem como a divulgação de direitos/benefícios sociais ofertados são alicerces fundamentais para a atuação desta equipe. Presentes na Lei Orgânica de Assistência n° 8.742/93, tais princípios são cotidianamente observados no cotidiano do acompanhamento social da população do Caju e norteiam também o presente plano de trabalho, conforme citado nos marcos legais.

Outro importante destaque para a dimensão do trabalho do serviço social da Gol de Letra diz respeito ao seu lugar no âmbito da Proteção Social Básica. Instituição devidamente regularizada no Conselho Municipal de Assitência Social (CMAS), vem desenvolvendo atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e referenciada no Centro de Referência de Assitência Social (CRAS) 15 de maio.

Para a criação de estratégias e fluxos de encaminhamento conjuntos, a Gol de Letra, com a representação do Serviço Social, participa ativamente da Rede Intersetorial do Caju7, sob o pilar institucional da mobilização comunitária. Frente de trabalho de extrema importância quando a atuação se dá em territórios de favelas e comunidades. A potencialização de figuras atuantes no território, que conheçam a população e os problemas sociais por ela apresentados, passa pela constante

contribuição das assistentes sociais para a autonomia desses sujeitos, atuando com corresponsabilidade com as demais representações sociais do território, como movimentos sociais e associações de moradores. Assim, tal frente pode ser bem descrita nas palavras das autoras Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso da seguinte forma:

> *A mobilização social e a organização, como elementos constitutivos e condição indispensável na concretização das práticas educativas desenvolvidas pelo assistente social, vinculam-se, como já vimos no item anterior, a diferentes projetos profissionais e societários. Projetos de interesse das classes subalternas ou projetos de interesses das classes dominantes, cujas perspectivas são, respectivamente: de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelas lutas democráticas e pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas e de toda a sociedade; e de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas. (ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G., 2009)*

Com o arcabouço aqui apresentado podemos afirmar que a Gol de Letra consiste em um dos dispositivos da rede de assistência social, se configurando como serviço socioassistencial no território do Caju, apresentando resultados ao dispositivo de assistência social no território e população. Além de um espaço garantidor da autonomia profissional para o cumprimento de seus deveres, mas também, garantia dos direitos previstos no Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão.

Cabe aqui destacar, o compromisso da equipe materializado no ano de 2020, com a instauração da Pandemia do Novo coronavírus. Sendo dever ético da(o) Assistente Social atuar em situações de calamidade pública, como preconiza o artigo 3º do Código de Ética Profissional, construiu-se estratégias para a continuidade no atendimento às famílias do território em conjunto ao compromisso institucional com o SUAS, na promoção da Segurança Alimentar no Território com doações de cestas básicas, insumos de higiene e dinheiro.

Essa realidade pandemica requereu do Serviço Social o desenvolvimento das dimensões de trabalho e articulação constante com as políticas intersetoriais, ao vermos instaurada uma realidade que afetou profundamente as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e suas famílias, acirrando ainda mais as condições socioeconômicas da classe trabalhadora, impacto social este que se apresenta através de consequências duradouras. Destaca-se ainda que, apesar do vírus se disseminar em diferentes classes sociais, os impactos das condições socio-sanitárias impostas pelo momento são sentidos de forma mais latente nas classes mais pobres, moradores das favelas e espaços populares.

Exigiu-se ainda mais a efetivação da Seguridade Social por meio da articulação entre as políticas públicas, apontando para a necessidade de serviços socioassistenciais que garantam as ações de proteção da população, conforme preconizada na seguridade social. Conforme previsto no artigo nº 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (1993), os benefícios eventuais preveem a garantia da subsistência através do "pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade".

Logo, a política de assistência social também ganhou centralidade em meio a pandemia, em especial com a iniciativa de transferência de renda denominada Auxílio Emergencial, que durante o ano de 2020 compôs a maior parte da renda de parcela significativa da população brasileira. De acordo com dados do IBGE (2020), cerca de 13,8 milhões de trabalhadores estavam desempregados neste ano, representando cerca de 14,4% da população do país.

Considerando ainda que a atual crise sanitária exigiu e exige das(os) profissionais de Serviço Social olhar crítico e competência para realizar análise conjuntural e elaborar ações alinhadas aos fundamentos éticos políticos da profissão, fez-se necessários momentos de formação continuada, debates e reflexões para garantir remotamente o atendimento das demandas da população.

Durante este período foi fundamental seguir rigorosamente as orientações do conjunto CFESS/CRESS1 e indicações e protocolos emanados pelos órgãos e autoridades sanitárias e de saúde pública nos estados e municípios. Apesar de não possuir marcos legais que regulamentem o atendimento remoto, tal modalidade foi requerida pela categoria em caráter excepcional tendo como objetivo a não transmissão da Covid-19.

Criação de parâmetros de trabalho que contribuam para o cenário em diálogo com a espertize já presente na categoria profissional foi outra importante ação de planejamento da equipe, que elaborou o Plano de Trabalho do Serviço Social durante a pandemia4 que estabeleceu a metodologia de atendimento dos usuários em meio

à pandemia, definindo as etapas de atendimento social que constistiu no atendimento remoto, triagem das demandas e a orientações/encaminhamentos necessários dados preferencialmente de forma remota, havendo a possibilidade de atendimento presencial com dia e horário agendados, em caso de avaliação da técnica responsável.

Ressaltamos assim que por meio das competências técnicas, éticas e políticas da profissão Assistentes Sociais vêm desenvolvendo papel fundamental no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, realizando mediação das demandas, viabilização do acesso aos direitos e articulação entre as políticas públicas para atendimento às classes subalternizadas.

Concluímos pois, que, uma vez que, toda atuação profissional guarda consigo as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, se direciona à posicionar o projeto ético-político profissional hegemônico, se propões a discutir os limites e possibilidades dos marcos regulatórios através de metodologias e ações de objetivos emancipatórias, na direção política à favor da classe trabalhadora, guardamos uma equipe que se propõe ao trabalho ético, comprometido e crítico.

OBJETIVO GERAL

Promover política de atendimento para a construção de contextos de ampla proteção social a partir da intervenção do Assistente Social junto aos programas e projetos desenvolvidos pela Instituição, atendendo às demandas das crianças, adolescentes, jovens, seus familiares, moradores e atores locais nos territórios onde a Fundação Gol de Letra, efetivar ações socioeducativas e assistenciais que visem a efetivação da missão, visão e valores institucionais, com a garantia do respeito aos princípios ético, teóricos e metodológicos do Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Assessorar a direção e coordenações nos assuntos relativos a matéria de Serviço Social nos aspectos legais e de atuação institucional no que tange as políticas de atendimento social, visando a efetivação dos objetivos previstos nos programas e projetos realizados;

• Procurar manter alinhamento no trabalho do Serviço Social considerando as duas unidades da Fundação Gol de Letra;

• Desenvolver política de acessibilidade, permanência e controle de documentação do público alvo dos programas e projetos desenvolvidos pela instituição;

• Atuar numa perspectiva interdisciplinar com as outras áreas de intervenção que desenvolvem ações com o público alvo da Instituição;

• Promover o debate sobre política pública, garantindo subsídios que fomentem a reflexão acerca do compromisso com a qualidade dos serviços públicos e a qualificação do acesso e garantia de direitos sociais, civis e econômicos;

• Efetivar política de atendimento social integral aos usuários diretos e indiretos atuando numa perspectiva pedagógica que reconheça as demandas sociais e familiares dos usuários, tendo como norte o presente documento visando acesso, permanência e/ou encaminhamento aos programas e projetos institucionais;

• Sistematizar dados sobre a intervenção do Serviço Social que possam servir de base para a qualificação, monitoramento e inovação das ações institucionais;

• Sistematizar dados sobre a intervenção do Serviço Social que possam servir de fomento para a promoção de políticas públicas;

• Mediar a relação institucional com os Conselhos de Direito aos quais as ações da Fundação estejam submetidas, contribuindo para uma atuação institucional alinhada as deliberações das políticas públicas as quais estejamos contribuindo;e inovação das ações institucionais;

• Desenvolver trabalho em Rede, visando a promoção e articulação com atores sociais que contribuam para o desenvolvimento do território de atuação da Gol de Letra, e ainda, com serviços e agentes que possam contribuir para o atendimento as diversas demandas apresentadas pelo público alvo;

• Promover ações que possibilitem o pleno exercício da cidadania do público atendido, proporcionando espaços de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico;

• Estabelecer parcerias para a formação de redes sociais, visando a troca de experiências e ações articuladas com as esferas pública e privada, para promoção da cidadania e atendimento das demandas apresentadas pelos indivíduos e comunidades atendidas;

• Participar de espaços de aprimoramento profissional de forma contínua;

ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO E PÚBLICO ALVO

A proposta social da Fundação Gol de Letra está alinhada a abordagem sistêmica (indivíduo-família-escola-comunidade) que baseia as ações institucionais, propiciando que o atendimento direto a criança, adolescente e jovens sejam reconhecidos como prioritários, mas não isolados.

Dessa forma, a Gol de Letra estabelece que os profissionais do serviço social e da educação realizem a partir da intervenção articulada, a dupla proteção. Nessa pers_

pectiva, temos o contínuo alinhamento entre Serviço Social e educadores, visando promover uma atuação interdisciplinar que possibilite a efetivação de uma política de atendimento que considere os sujeitos em sua totalidade, onde o individuo, integra um coletivo que o impacta e vice-versa, onde as ações socioeducativas da Fundação Gol de Letra são parte integrante de uma rede de proteção e intervenção que pode mobilizar e transformar o meio a partir do atendimento de um sujeito.

Por isso, a importância de um alinhamento estratégico dos profissionais assistentes sociais e os educadores. Sendo as assistentes sociais, as promotoras das ações focadas na família, comunidades, instituições públicas e privadas que tem compromisso e/ou dever de contribuir para a efetivação da política de proteção social.

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais. (ALMEIDA, 2000).

Para efetivação desta proteção, todos os programas e projetos realizados ou disseminados pela Gol de Letra preveem um assistente social de referência para execução da política de atendimento social prevista.

A NOB SUAS4 – Resolução 33/2012 prevê dois técnicos especialistas para cada 500 famílias que deve ser seguida pelos serviços que compõem a rede socioassistencial que compõe a atenção básica, onde se enquadra nossa atuação. Na proposta da Gol de Letra, a referência familiar está centrada no serviço social, cabe apontar que temos a seguinte realidade institucional, a saber:

- Programa Jogo Aberto: Atendimento anual de 318 crianças e adolescentes e 40 adultos e idosos;
- Juventude e Oportunidade: Atendimento anual de 315 jovens e adultos
- Programa Dois Toques: Atendimento anual de 262 crianças e adolescentes

Dessa forma, descrevemos abaixo, as ações básicas dos Assistentes Sociais que devem ser realizadas em todos os programas em articulação com a coordenação, considerando a autonomia da equipe técnica em adotar tais ações a partir da natureza e da organização de cada programa ou projeto institucional, e também, a partir da avaliação técnica dos usuários para adequação da estratégia de atendimento a ser adotada individual e coletivamente.

> *No que se refere à autonomia do trabalho, as condições objetivas de estruturação do espaço institucional devem assegurar aos/às*

profissionais o direito de realizar suas escolhas técnicas no circuito da decisão democrática, garantir a sua liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar o processo de trabalho, permitir a realização de suas competências técnica e política nas dimensões do trabalho coletivo e individual e primar pelo respeito aos direitos, princípios e valores ético-políticos profissionais estabelecidos nas regulamentações profissionais (BEHRING, 2003).

Tendo como perspectiva os parâmetros técnicos, operativos e metodológicos do Serviço Social:

Triagem /Banco de Espera: Cadastro inicial com preenchimento de ficha com dados básicos do jovem, respeitando os critérios do programa. É realizada com a presença do responsável para os menores de idade. Realizada ao longo do ano.

Matrícula: Preenchimento de ficha de matrícula, com coleta de documentos e informações para início da participação nos Programas. Realizada ao longo do ano.

Entrevista Social: Conversa agendada com a família, no caso dos menores de idade, para estabelecimento de vínculo, conhecimento maior da família, identificação de casos de vulnerabilidade e risco para possíveis orientações e encaminhamentos à Rede de Serviços local.

Visita Domiciliar: Visita agendada, realizada pela Assistente Social da equipe, para aprofundar o conhecimento das famílias atendidas, após a identificação de alguma questão familiar.

Rematrícula: Atualização de documentos e informações para garantir a continuidade da participação do jovem no Programas. Realizada no início de cada ano.

Controle documental: Organizar arquivo, guarda e sistematização da documental civil exigida para participação nos programas e projetos, atuando na perspectiva educativa junto aos usuários, familiares e comunidades.

Reunião de Famílias: Encontro mensal com as famílias para orientação e acompanhamento dos responsáveis das crianças, adolescentes e jovens inscritos nos programas.

Plantão Social: Atendimento e acolhimento de participantes dos Programas e Projetos, seus familiares e moradores dos territórios de atuação da Gol de Letra.

Atendimento Social: Atendimento oferecido a um integrante da família ou ao grupo familiar quando identificadas questões familiares durante visitas sociais domiciliares, entrevistas sociais, plantão social ou por meio da indicação de orientadores socioeducativos e coordenadores dos Programas e Projetos.

Estudo de casos: Realização de análise da situação problema individual e/ou coletiva com outros membros da equipe e/ou coordenação do programa ou projeto a que está vinculado para construção de estratégia de acompanhamento e intervenção visando a resolução ou minimização da questão observada. Pode ser realizado com equipes de instituições parceiras que atendam o caso, seja por encaminhamento da Gol de Letra ou responsabilidade prevista pela política pública de proteção ou atenção a qual o usuário e/ou sua família se enquadram.

Atuação em redes socioassistenciais: Mapear a rede socioassistencial do território e do entorno para efetivação de parcerias e encaminhamentos que qualifiquem a intervenção institucional e o atendimento as diversas demandas apresentadas pelas famílias atendidas; Participar e promover redes de atores locais e/ou das áreas de atuação dos programas e projetos desenvolvidos; Interagir com as redes geradas a partir dos conselhos de direitos aos quais a Gol de Letra estiver vinculada;

Estudos Socioeconômico dos usuários, famílias e comunidades: Organização de informações acerca da situação socioeconômica individual, familiar e comunitária contribuindo para a construção de estratégias de atendimento individual, familiar e comunitário e ainda, possibilitando a elaboração, atualização ou inovação nas políticas de atendimento institucional.

Formação de Estagiários: Para fortalecer a política de atendimento social e a contribuição institucional na formação de novos profissionais, o Serviço Social conta com uma política de estágio profissional, sendo o profissional responsável pela orientação, supervisão e articulação com as coordenações de estágio das universidades as quais os estagiários estiverem vinculados.

Eventos Sociais focados nas famílias e comunidades: Ações sociais focadas no atendimento as demandas sociais das famílias e comunidades atendidas que são organizados a partir do calendário anual, das demandas territoriais, da disponibilidade de recursos financeiros e parcerias.

Atendimento em Grupos e Oficinas: A partir do perfil familiar e dos usuários, o serviço social efetiva grupos temáticos para debate, reflexão e orientação. Estes es_

paços podem ser mediados pelo Assistente Social e/ou em conjunto com as outras áreas atuantes nos programas, e ainda contar com parcerias para sua execução.

Monitoramento de Frequencia: Acompanhar frequencia e evasão traçando estratégias com as famílias e a equipe interdisciplinar para superação e encaminhamentos para permanência da criança, adolescente e/ou jovem nos programas.

Desligamento: Monitorar e registrar todos os processos de desligamento para o mapeamento das causas, visando a orientação adequada a família e construção de estudos que possam minimizar este tipo de impacto nos programas e projetos institucionais.

Além disso, consideramos relevante ainda destacar as ações necessárias de acordo com público-alvo, considerando a particularidade nas atuações.

JUVENTUDES

Juventude e Oportunidade, realizado no bairro do Caju desde o ano de 2016 é uma proposta de formação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, fechando o ciclo de atividades educacionais Gol de Letra que se inicia na infância. Obedece às mesmas premissas de educação integral dos demais projetos, pois conta com formação pessoal, acompanhamento social e tutoria para jovens, além da formação profissional específica.

Além das atribuições institucionais específicas do Serviço Social citadas acima, destacamos a realização de formações socioculturais com o público, orientação de documentação específica de vestibulares e isenções, realização de grupos com mulheres e mães.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dois Toques, realizado desde 2001 em Niterói, e encerrado em 2007 nesta cidade, foi inserido no bairro do Caju no ano de 2006 onde permanece em execução. Oferece atividades esportivas diversificadas e atividades de apoio educacional, compondo uma grade de atendimento de 3 horas diárias para 250 crianças, adolescentes e 12 jovens monitores a partir de 6 anos de idade.

Jogo Aberto, realizado desde 2004 em Niterói, e encerrado no ano de 2006 nesta cidade, foi inserido no bairro do Caju no ano de 2015. Oferece oficinas em modalidades esportivas, podendo o participante se inscrever em até duas modalidades. Atualmente oferece: Tênis, Tênis de Mesa, Ginástica Rítmica, Judô, Futsal e Ginástica para adultos; São 350 vagas, mais 8 vagas destinadas aos jovens monitores com aulas de 90 minutos. Cada modalidade acontece em dois dias por semana, podendo o participante inscrito em duas oficinas frequentar a Fundação Gol de Letra 4 vezes por semana.

COMUNIDADES

Realizado desde 2006, é a ação de assistência social às famílias e comunidades do território. Desenvolve ações de mobilização local, realiza entrevistas sociais com as famílias participantes, realiza encaminhamentos às redes de serviço e proteção ao público.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento comunitário do bairro do Caju, o Programa Comunidades oferece atividades que fortalecem as redes de cooperação através de ações sócio educativas entre escolas, organizações e comunidade e garantem espaços de discussão sobre direitos sexuais, saúde sexual e vida reprodutiva de adolescentes, jovens e suas famílias.

O Programa Comunidades é responsável pelo desenvolvimento de ações com foco nas famílias e comunidades do bairro do Caju. Atua de maneira transversal e interligada a todos os outros projetos desenvolvidos pela Fundação Gol de Letra na região.

PLANEJAMENTO E METAS

O Serviço Social da Fundação Gol de Letra deve apresentar planejamento do seu trabalho articulado com o analista social, no caso de haver, e ainda com a coordenação sociopedagógica. Considerando os objetivos previstos nos programas, o perfil do público e do território atendido.

O planejamento é um processo racional necessitando de uma sequência antecipada de tempo para se efetivar. Devendo ser realizado de forma contínua ao longo da atuação profissional, que pode ter suas etapas determinadas pelo programa ou projeto ao qual o assistente social está vinculado. Para tanto, o Serviço Social tem necessidade de conhecer e compreender a realidade para que possa desenvolver suas intervenções com qualidade.

Dessa forma, o profissional deve conhecer o planejamento do programa/projeto que está vinculado, para ter como base do seu processo de trabalho as metas previstas nestes e poder contribuir para a manutenção e inovação das ações institucionais.

Sendo de suma importância para o seu planejamento a participação nos espaços de elaboração dos programas e projetos, das reuniões com a equipe interdisciplinar, para efetivar metas alinhadas a expectativa institucional de realizarmos a dupla proteção.

NOTAS

*Texto reproduzido da Política de Proteção à Infância e Juventude da instituição, revisado em 2019 por integrantes da referida equipe de Serviço Social.

1 Segundo Netto (2006, p.157) *"[...] a 'questão social' está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete a determinação molecular da 'questão social': na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc."*

2 Conjunto de Políticas que passaram a ser implementadas inicialmente em países centrair e logo depois nos países subordinados, segundo Antunes (2015), essas políticas vão possibilitar transformações no âmbito material e subjetivo da reprodução social e garantir a efetivação da *"reestruturação produtiva, das privatizações aceleradas, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais da hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacioonal". (ANTUNES, 2015, p. 229).*

3 Organizações e entidades internacionais que, através de diretrizes e documentos, delimitam diretrizes para a construção das políticas públicas e sociais em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento. Entre eles estão o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), UNESCO - Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura, OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OMS - Organização Mundial da Saúde, BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e etc.

4 Empresas como Cimento Tupi, Topmix Engenharia, Polimix Concreto, Supermix Concreto, entre outras, localizam-se no território do Caju.

5 Conceito adotado pela Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para identificar o processo de ocupação das áreas favelizadas pela Polícia Militar. Demonstrando um olhar estereotipado do agente público para este território, propiciando o entendimento da existência de uma guerra particular vivenciada nestes espaços, e não a carência de políticas públicas de qualidade para áreas da Cidade que foram historicamente abandonadas pelo processo de gestão e urbanização do Rio de Janeiro

6 Althusser denomina como aparelhos repressivos de Estado os que funcionam por meio da violência, como por exemplo a polícia, o exército, a prisão, os tribunais, etc. Estes possuem a função de assegurar, pela força (física ou sanção de decretos, portarias, leis) a permanência das relações de exploração em que a classe dominante perpetua o seu domínio sobre a classe dominada (proletariado).

7 A saber, a Rede Intersetorial do Caju é formada por um conjunto de instituições governamentais, não governamentais, empresas e moradoras(es) do bairro, com o objetvo de contribuir para o acesso a efetivação de direitos sociais, civis e políticos das(os) cidadãs(ãos) residentes e trabalhadoras(es). Desde 2009 vem realizando um trabalho de integração dos diversos atores sociais envolvidosnas questões coletivas do Caju e uma construção compartilhada de soluções e/ou encaminhamentos para os desafios presentes no território, que afetam diretamente residentes e trabalhadoras(es).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/262_abong-%E2%80%93-associacao-brasileira-de-organizacoes-nao-governamentais

ABRAO, Kênia Cristina Lopes and MIOTO, Regina Célia Tamaso. Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo. Rev. katálysis [online]. 2017, vol.20, n.3, pp.420-429. ISSN 1982-0259. https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p420.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

ABREU, M. M. ; GUIMARÃES, Lucilene F Cerqueira . O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS. Revista de Politicas Publicas (UFMA) , v. 01, p. 163-169, 2012..

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1958.

ANF. “O Complexo de Favelas do Caju e a sua história”. Disponível em: https://www.anf.org.br/o-complexo-de-favelas-do-caju-e-a-sua-historia/. Acesso em: 21/01/2021.

_____. “Obra que liga Rio-Niterói à Linha Vermelha gera há um ano transtornos no Caju”. Disponível em: https://www.anf.org.br/obra-que-liga-rio-niteroi-a-linha-vermelha-gera-ha-um-ano-transtornos-no-caju/ . Acesso em: 21/01/2021.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, MDS: 2009.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

_____. Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p.

_____. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS). Brasília: MDS, 2007.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS – 2012. Brasília: CNAS, 2012.

CICONELLO, ALEXANDRE. "Uma política insustentável". Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/muitos-recursos-pouco-resultado-2/ . Acesso em: 27/01/2021.

_____. "Muitos recursos, pouco resultado". Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/muitos-recursos-pouco-resultado/ . Acesso em: 27/01/2021.

_____. "Muitos recursos, pouco resultado". Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/muitos-recursos-pouco-resultado/ . Acesso em: 27/01/2021.

l_____. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: Senado Federal, 1993. MARTINS, M.S. " O CRAS e a política de Assistência Social", S/D.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – 2004 / Norma Operacional Básica do SUAS – 2005. Brasília: MDS, 2005.

CRESS. O Trabalho do Assistente Social em situação de calamidade pública. Disponível em: https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/92/9298d8a3-b7b4-4e38-a982-bb06840f35d2.pdf Acessado em: 27/11/2020

Decreto Municipal nº 20423 de 15 de agosto de 2001. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2001/2042/20423/decreto-n-20423-2001-reconhece-a-comunidade-quinta-do-caju-urbanizada-pelo-programa-favela-bairro-como-parte-integrante-do-bairro-do-caju . Acesso em: 27/01/2021.

DRUCK, Graça. FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. Revista Katál. Florianópolis. V. 10. N. 1. p. 24-34. Jan/Jun. 2007

EL PAÍS. "Rio desidrata UPPs para transferir parte de efetivo das favelas para o asfalto". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/22/politica/1503436419_227273.html . Acesso em: 27/01/2021.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDO,C. GUSTAVO, P. L. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf>. Publicado em 2006. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

FIRJAN. Análise das informações socioeconômicas do complexo do caju. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

G1. "Professora especialista em Segurança Pública da UFF fala sobre intervenção federal no Rio". Disponível em: http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/professora-especialista-em-seguranca-publica-da-uff-fala-sobre-intervencao-federal-no-rio/6510030/ . Acesso em: 27/01/2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IANNI, O. Ditadura do Grande Capital. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21/01/2021.

_____. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Terceiro Trimestre de 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28/01/2021.

IPEA. “Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil”. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253. Acesso em: 27/01/2021.

AVELAR,. Karina. Protocolo de Atendimetno do Serviço Social: Covid-19. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Gol de Letra. 2020. Disponível em: https://www.goldeletra.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Protocolo-de-Atendimento-Servi%C3%A7o-Social-COVID19.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

Muniz, J. (1999). Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

_____. “Os 10 anos da ocupação do Alemão”. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/11/video-10-anos-upp-ocupacao-complexo-alemao-jacqueline-muniz/. Acesso em: 27/01/2021

NEGRI, F.L. SANTOS, M.T. Atuação da/o Assistente Social em face da pandemia de covid19: orientações e técnincas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS. Abril/2020

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA. FASE. “As carretas e os moradores do bairro carioca Caju”. Disponível em: https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/as-carretas-e-os-moradores-do-bairro-carioca-caju/. Acesso em: 21/01/2021.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. A assistência na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 2002.

PIAUÍ. “A polícia que mais mata”. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/policia-que-mais-mata/ . Acesso em: 27/01/2021.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs, principais funções gerenciais. 5.ed. São Paulo: FGV, 2001.

YASBEK, M. Terceiro setor e despolitização da questão social brasileira In PERES C, PRATES, L. (org) Voluntariado e a gestão de políticas sociais. São Paulo: 1999

_____. YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis: Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.